

AGENDA POLÍTICA PÚBLICA

VOLUME 8, DEZEMBRO 2024

GovAmb
GOVERNANÇA AMBIENTAL



IEE USP
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE

ProASaS

USP

TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL JUSTA

A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS TERRITORIAIS INTEGRADAS

DJONATHAN GOMES RIBEIRO e MARIA DA PENHA VASCONCELLOS

PRINCIPAIS MENSAGENS

As sociedades globalmente necessitam transicionar de formas de desenvolvimento econômico ambiental e socialmente predatórias para formas de desenvolvimento sustentável; e não há desenvolvimento sustentável com perpetuação da pobreza.

Na realidade brasileira, já existem instrumentos legais de planejamento urbano e regional, bem como estudos de longa data, que possibilitam que gestores, técnicos e comunidades se envolvam na transição para formas de desenvolvimento sustentável.

Um aspecto dos mais importantes que o poder local deverá incorporar em seus planos de ação será promover a sustentabilidade ambiental aliada ao enfrentamento da pobreza por meio de políticas territoriais integradas.

Índices, como o aqui proposto de Vulnerabilidade Socioambiental, que possibilitem uma visão integrada do território municipal em termos ambientais e sociais são fundamentais para o enfrentamento integrado dos problemas apresentados pelo território.

Esse documento foi elaborado com base na dissertação de mestrado "Pobreza e sustentabilidade ambiental em área urbana: um estudo sobre o município de Santos (SP)" defendida, em 2023, por Djonathan Gomes Ribeiro no programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade da FSP/USP sob orientação da Prof^a. Dra. Maria da Penha Vasconcellos.



Autores:

Djonathan Gomes Ribeiro
Maria da Penha Vasconcellos

Universidade de São Paulo
Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de
São Paulo
Diretor: Prof. Dr. Tércio Ambrizzi
Vice-diretor: Prof. Dr. Ildo Sauer

FICHA CATALOGRÁFICA

R484 Ribeiro, Djonathan Gomes.

Transição sustentável justa a importância de políticas territoriais integra. [recurso eletrônico] / Djonathan Gomes Ribeiro, Maria da Penha Vasconcellos; coordenação Pedro Roberto Jacobi. — São Paulo: IEE-USP, 2024.

v. 8: il. 30 cm. (Série: Agenda política pública – SEGHID, v.8, abr. 2024)

ISBN 978-65-88109-49-6

DOI 10.5281/zenodo.14526119

1. Desenvolvimento econômico – aspectos ambientais. 2. Desenvolvimento sustentável. I. Vasconcellos, Maria da Penha. II. Jacobi, Pedro Roberto. III. Título. IV. Série.

CDU 502.131.1

Elaborado por Maria Penha da Silva Oliveira CRB-8/6961

©2023 IEE-USP

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que sempre se cite a fonte.



O IDEAL DO PROGRESSO E O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

Pelo menos desde a revolução industrial, ocorrida no século XVIII (1700) na Europa, as sociedades ocidentais são orientadas pelo ideal do “progresso”.

Esse ideal tem forte viés econômico e se concentra apenas na capacidade produtiva da sociedade, negligenciando uma compreensão ampliada da relação da economia com a sociedade e com o meio ambiente (VEIGA, 2015). Em relação à sociedade, o ideal do progresso tem como premissa que crescimento econômico melhora as condições de vida de todos, desconsiderando dimensões sociais que fazem com que a distribuição dos frutos do progresso seja fortemente desigual.

Em relação ao meio ambiente, o ideal do progresso o considera apenas como fonte de recursos inesgotável, desconsiderando uma visão ecossistêmica na qual o meio ambiente possui limites de provisão de recursos naturais e de absorção de impactos negativos produzidos pelos rejeitos ou resíduos do sistema econômico. Assim, pelo lado social, resultados do ideal do progresso são a elevada desigualdade socioeconômica e a pobreza e, pelo lado ambiental, a intensa degradação ambiental global.

As dimensões da degradação ambiental e da desigualdade social se relacionam pelo fato da situação de pobreza poder implicar em maior degradação ambiental. Como exemplo, especialmente no campo do planejamento urbano, a desigualdade de renda e ausência de políticas habitacionais levam populações pobres a ocupar irregularmente locais não valorizados pelo mercado imobiliário, como encostas, vales de rios e as periferias urbanas, dando origem às favelas.

Se toda ocupação urbana degrada o meio ambiente, a degradação é ainda maior quando essa ocupação ocorre de maneira desordenada, pois tem como resultados o desmatamento descontrolado e, devido à ausência de saneamento básico, a poluição de

recursos hídricos e do solo com o despejo inadequado de resíduos sólidos e esgoto doméstico.

Ao mesmo tempo, as comunidades em assentamentos precários estão mais expostas aos desastres ambientais, como deslizamentos e inundações, que têm se intensificado com o aumento de eventos climáticos extremos resultantes das mudanças climáticas.

Considerar as relações entre pobreza ou desigualdade e meio ambiente é fundamental para promoção de processos de transição justos, que garantam ambientes saudáveis e equilibrados para todos, sem distinção de classes sociais, e nos quais todas as classes sociais estejam protegidas dos impactos ambientais, sociais e econômicos das mudanças climáticas. A ideia de Vulnerabilidade Socioambiental pode contribuir para compreender essas relações entre pobreza e meio ambiente e orientar políticas públicas integradas. Segundo ALVES (2006), Vulnerabilidade Socioambiental “[...] pode expressar os fenômenos de interação e cumulatividade entre situações de risco e degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental) e situações de pobreza e privação social (vulnerabilidade social)”.

Os países membros da ONU, entre eles o Brasil, em declarações oficiais, compreendem que as sociedades globalmente necessitam passar de formas de desenvolvimento econômicas degradadoras para formas de desenvolvimento sustentável, ou seja, realizar uma transição (ONU, 2015).


Nessa relação entre os sistemas sociais e o meio ambiente, o planejamento urbano e regional é um dos importantes instrumentos de apoio à transição a formas de desenvolvimento sustentável, pois o ordenamento do uso e ocupação do solo é central para racionalizar a utilização dos recursos naturais, conservar e preservar o meio ambiente e promover mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DE INSTRUMENTOS LEGAIS DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Uma vez que o planejamento é essencial em um processo de transição a formas de desenvolvimento sustentável, é necessário haver legislações nacionais que amparem o processo de planejamento estatal e que tenham como princípio o desenvolvimento sustentável. O Brasil conta com relevantes instrumentos legais de planejamento urbano e regional capazes de apoiar processos de transição ambientalmente equilibrados e socialmente justos. Entre os principais estão o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o Estatuto da Metrópole (EM) e o Estatuto da Cidade (EC).

Esses instrumentos foram pensados para embasar e orientar planejamentos territoriais em diferentes escalas, desde a local até a estadual ou nacional. A sustentabilidade reforça a relevância das escalas para compreender e tratar questões sociais e/ou ambientais, pois ações ou fenômenos locais podem ter efeitos regional, nacional e/ou global. Exemplificando: as queimadas na Amazônia, localizada na região norte do Brasil, pioram a qualidade do ar no sudeste e sul do país e também de países vizinhos na América do Sul.

Embora as delimitações administrativas colaborem para racionalizar e facilitar o planejamento, os fenômenos ambientais e sociais não respeitam essas delimitações; gestores em nível municipal, estadual e nacional precisam encarar essa realidade para propor políticas públicas efetivas, ou seja, com capacidade de atingir os resultados propostos.



O ZEE é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938 de 1981) e foi pensado para ser aplicado em escala nacional e estadual. Ele tem entre seus objetivos a compatibilização entre o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais, em favor das presentes e futuras gerações (Decreto nº 4.297 de 2002). Para isso, tem como princípios a racionalização do uso dos recursos naturais por meio do zoneamento que garanta o controle de atividades poluidoras, a proteção de áreas ameaçadas e a recuperação de áreas degradadas. Portanto, o ZEE é um instrumento de organização do território nacional e estadual e suas orientações e restrições devem ser obrigatoriamente seguidas no uso e ocupação do solo por atividades públicas e privadas.

O Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089 de 2015) é destinado ao planejamento territorial de grupos de municípios que compartilham dinâmicas sociais, econômicas e ambientais e que por isso podem se organizar em microrregiões, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas. Um dos principais elementos previstos pelo EM para organização conjunta desses grupos de municípios é o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), por meio dele são planejadas as funções públicas de interesse comum, “política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes” (Lei nº 13.089 de 2015).

No que se refere à dimensão socioambiental, o PDUI pode prever a compensação a municípios específicos por benefícios ambientais prestados ao conjunto de municípios; como exemplo, um município que preserve áreas de nascentes que garantam água para o conjunto de municípios do qual faz parte pode ser financeiramente compensado por esse conjunto de municípios. Outro elemento que deve ser previsto no PDUI é a restrição de urbanização em áreas sujeitas a desastres ambientais. Por ter como foco escalas regionais, menores que a estadual e nacional, o PDUI deve seguir as diretrizes determinadas pelo ZEE.

Outro instrumento legal inspirado em uma visão de desenvolvimento sustentável e internacionalmente reconhecido é o Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 2001). Este Estatuto é destinado ao planejamento em escala local, municipal, e estabelece normas que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental (Lei 10.257 de 2001). Entre os principais elementos tratados pelo EC está o Plano Diretor (PD), ele é responsável pelo ordenamento do desenvolvimento territorial municipal como um todo (urbano, periurbano e rural). Por estar focado no nível local, ele deve seguir as diretrizes do PDUI e do ZEE, quando existentes.

Plano Diretor, Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado e Zoneamento Ecológico-Econômico, utilizados pelos respectivos níveis de gestão de forma coordenada e articulada, possibilitam um planejamento territorial integrado cujo resultado excede a soma das partes e traz benefícios para o conjunto territorial microrregional, estadual e nacional.

Esses planos devem estar em consonância; se o Plano Diretor prever a expansão urbana em uma área de nascente destacada pelo ZEE como fundamental para o abastecimento hídrico estadual, fica invalidado o ZEE e todo o estado perde em termos ambientais, econômicos e sociais.

A previsão legal de discussão do planejamento territorial em escalas é fundamental, planos pensados em diferentes escalas incentivam os gestores a olharem além dos limites administrativos com os quais estão habituados, possibilitando a identificação de dinâmicas sociais, ambientais e econômicas que talvez não seriam percebidas sem tais planos.

Se por um lado o país conta com legislações focadas em diferentes escalas que possibilitariam avanços significativos em termos de utilização racional dos recursos ambientais e redução das desigualdades, por outro há entraves políticos significativos que impedem que esse instrumental seja aplicado em todo seu potencial. Um dos principais entraves é o elevado peso político de atores econômicos na definição da ocupação do solo e uso dos recursos naturais. Essa influência se sobrepõe a interesses coletivos e promove políticas urbanas e regionais que aprofundam desigualdades territoriais, pobreza e degradação ambiental.

Alguns exemplos de como essa influência se dá são quando: 1) áreas bem localizadas e dotadas de infraestrutura deixam de ser reservadas para construção de parques urbanos ou de habitação social e passam a ser destinadas ao mercado imobiliário, seja para construção de edifícios comerciais ou para construção de habitações para venda a públicos de média e alta renda; 2) planos urbanos priorizam a destinação de recursos públicos para locais já dotados de infraestrutura e habitados por populações de média e alta renda ao invés de para a melhoria da infraestrutura de bairros ocupados por populações de baixa renda (não raro expostas a situações como deslizamentos, inundações e fornecimento precário de água potável).

A depender do território, esses atores econômicos mudam, pode ser o porto em áreas portuárias; o mercado imobiliário em áreas urbanas; grandes produtores rurais em áreas rurais. Esses atores têm em comum o peso econômico e a facilidade de influenciar os gestores públicos a adotarem medidas que os beneficiam em detrimento de interesses coletivos. O beneficiamento desproporcional desses atores econômicos pode estar explícito na legislação de planejamento territorial ou pode ser dissimulado.

A desintegração entre elementos do plano de desenvolvimento territorial possibilita essa dissimulação a partir da declaração explícita de determinados objetivos e a consecução de objetivos divergentes. Como exemplo, o Plano Diretor pode destacar como objetivo a redução das desigualdades territoriais e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, associada a ele, pode determinar um zoneamento que não apenas mantenha, mas aprofunde as desigualdades.

POLÍTICA TERRITORIAL INTEGRADA COMO MEIO PARA A PROMOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

A Política Territorial Integrada é um modelo de gestão possível para a integração no nível local dos planejamentos territoriais elaborados nas diferentes escalas. Ela pode ser definida como um modelo de gestão que formula políticas públicas a partir dos problemas apresentados pelos territórios. Esses problemas devem ser enfrentados de forma simultânea (Mendes apud Silva, 2015).

Uma política orientada pelo território consequentemente é orientada pelas necessidades das pessoas que nele vivem e pela sua relação com o meio ambiente. Esse modelo de gestão possibilita uma convergência de esforços de políticas públicas setoriais resultando em benefícios maiores que os resultados isolados de cada política. Essa abordagem pode ser utilizada tanto em territórios urbanos quanto rurais.

A participação social é um pilar fundamental nesse processo para reduzir as chances de que o planejamento deixe de enfrentar as desigualdades territoriais. Um método alinhado a esse objetivo é o orçamento participativo. Ele deve ocorrer de forma periódica; com regras de participação claras para a população; discutir os problemas e prioridades de investimento em cada bairro de um município por temas específicos; e estar alinhado ao ciclo orçamentário, garantindo recursos para que a participação social tenha resultados concretos em termos de infraestrutura, melhoria da qualidade ambiental e prestação de serviços sociais.



A RELEVÂNCIA DE INDICADORES PARA A QUALIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM MUNDO COMPLEXO

A disponibilidade de dados ambientais e socioeconômicos espacializados e desagregados por bairros ou níveis menores que o bairro, como os setores censitários elaborados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), também é fundamental para o planejamento territorial integrado. A partir da desagregação dos dados é possível compreender melhor a relação entre diferentes temas¹ e evidenciar as situações de desigualdade territorial², colaborando para o planejamento de ações efetivas focadas nos problemas mais destacados de cada território ou naquele que, uma vez solucionado ou mitigado, colabora para a melhoria de outros problemas a ele relacionado, aumentando os efeitos da política.

O Brasil conta com importantes dados sociais e ambientais que atualmente podem ser utilizados e cruzados pelos municípios para geração de informações que orientem o planejamento territorial integrado. É fundamental que esses dados sejam conhecidos pelas administrações locais e utilizados no processo de elaboração de diagnósticos, monitoramento e avaliações de políticas públicas.

Ainda assim, considerando a periodicidade de divulgação de alguns dados ou a sua inexistência em demandas muito específicas de cada localidade, é importante que os municípios considerem produzir os dados necessários ao desenvolvimento de políticas locais. Os estados são fundamentais nesse processo de produção de dados por meio do fortalecimento ou estabelecimento de instituições de estatística e pesquisa focadas em estudar a realidade estadual.

A formulação de políticas públicas informadas por

evidências e uma gestão baseada em instrumentos e métodos são indispensáveis em uma sociedade cada dia mais complexa, onde inúmeros fatores de diferentes escalas interferem no surgimento ou aprofundamento de problemas sociais, bem como nos resultados de políticas públicas.

Políticos e gestores públicos que almejam a efetividade de políticas públicas não podem se restringir a “achismos” não embasados para a gestão do Estado.

Nessa linha, uma maneira de melhor embasar as políticas públicas considerando a relação entre diferentes temáticas são os índices. Os índices são elaborados pela composição de indicadores de diferentes temáticas e possibilitam uma visão comparada entre diferentes territórios.

Considerando isso, há um esforço de desenvolvimento de um Índice de Vulnerabilidade Socioambiental (IVSA) que possa ser utilizado pelos municípios com o intuito de representar a relação entre desigualdades territoriais e meio ambiente dentro do território municipal urbano. Ele pode colaborar para a formulação de políticas territoriais integradas e focalizadas com o objetivo de promover sustentabilidade ambiental e redução de desigualdades de forma simultânea.

Ao possibilitar a identificação de territórios dentro do município mais socioambientalmente vulneráveis, o índice colabora para políticas de transição justa que não deixem os vulneráveis para trás.

O índice encontra-se em estágio inicial de elaboração e uma primeira aplicação aos territórios vulneráveis do Município de Santos (SP) pode ser verificada clicando em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6139/td-e-22062023-132142/publico/Analise_Vulnerabilidade_Socioambiental.pdf. A proposta é de que o IVSA seja calculado no nível do setor censitário e composto pelas dimensões socioeconômica e socioambiental.

A dimensão socioeconômica considera 1) indicadores de pobreza monetária; 2) densidade demográfica; 3) acesso à infraestrutura de mobilidade; e 4) facilidade de acesso a

serviços públicos de saúde, educação e assistência social em seus diferentes níveis de complexidade. A dimensão socioambiental considera 1) presença de saneamento básico (água, esgotamento e coleta de lixo); e 2) exposição a perigo ambiental.

A forma de cálculo e a explicação sobre a relevância de cada componente do índice podem ser verificadas no Capítulo 4 da dissertação de Ribeiro (2023). Abaixo, como ilustração, são apresentados dois mapas com resultados do IVSA.



Fonte: Ribeiro, 2023.

Setores de Santos (SP) analisados apresentados por ordem de restrição acumulada de acesso a serviços públicos e à infraestrutura de mobilidade (quanto mais escuro, maior a restrição)



Fonte: Ribeiro, 2023.

Setores de Santos (SP) analisados apresentados por ordem de vulnerabilidade socioambiental (quanto mais escuro, mais vulnerável)

As desigualdades no Brasil são estruturais e requerem políticas públicas de curto, médio e longo prazo e que sejam informadas por evidências. As políticas territoriais integradas são fundamentais para lidar com as estruturas que perpetuam as desigualdades, elas possibilitam alavancar o desenvolvimento sustentável na perspectiva da diminuição da desigualdade social e da melhoria da qualidade ambiental.

Por sua vez, uma transição sustentável justa apenas será possível com elaboração e implementação de políticas e planos democráticos e participativos.

NOTA DE RODAPÉ

1. Exemplos de possíveis relações temáticas a partir da análise de indicadores espacializados são: saúde e meio ambiente; educação e renda; e saúde e educação.

2. Um resultado possível da análise sobre desigualdades territoriais em áreas urbanas é a identificação de maiores tempos de deslocamento para acessar serviços públicos ou empregos a partir de determinados bairros. O Mapa da Desigualdade elaborado pela Rede Nossa São Paulo para a cidade de São Paulo é um exemplo de possíveis análises de desigualdades territoriais a partir de dados desagregados. Ver https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Mapa-da-Desigualdade-2022_MAPAS_23.pdf

Legenda

EC – Estatuto da Cidade

EM – Estatuto da Metrópole

IVSA – Índice de Vulnerabilidade Socioambiental

PD – Plano Diretor

PDUi – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, HUMBERTO PRATES DA FONSECA. 2006. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 23, n. 1. p. 43-59, jan/jun. São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/6LBPFtkP3J5BGsdGLmQRsBg/?format=pdf&lang=pt>

BRASIL. 1981. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm

BRASIL. 2001. Lei 10.257 de 10 de junho de 2001. Estatuto da Cidade. Presidência da República. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

BRASIL. 2002. Decreto nº 4.297/02 - Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4297.htm

BRASIL. 2015. Lei 13.089 de 12 de janeiro de 2015. Estatuto da Metrópole. Presidência da República. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm

BRESSER-PEREIRA, LUIZ CARLOS. 2014. Desenvolvimento, Progresso e Crescimento Econômico. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. 93. p.33-60. São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Qn76SFwhyHVMmJjBjRBX7ny/?format=pdf&lang=pt>

CAVEDON, FERNANDA DE SALLES e VIEIRA, RICARDO STANZIOLA. 2011. Conexões entre desastres ecológicos, vulnerabilidade ambiental e direitos humanos: novas perspectivas. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 179-206. DOI: 10.7213/rev.dir.econ.socioambienta.02.001.A008. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/7754>

COUTINHO, SONIA MARIA V. 2006. Análise de um Processo de Criação de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Município de Ribeirão Pires - SP. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/339238/mod_folder/content/0/dissertacao%20sonia%20coutinho.pdf?forcedownload=1

IPCC. 2019. Calentamiento global de 1,5°C. Resumen para responsables de políticas. Grupo Intergubernamental de expertos sobre el cambio climático. Intergovernmental Panel on Climate Change. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/09/SR15_Summary_Volume_spanish.pdf

LOORBACH, DERK et al.. 2017. Sustainability Transitions Research: Transforming Science and Practice for Social Change. *Annual Review of Environmental and Resources*. V. 42. p. 599-626. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-environ-102014-021340>

MACHADO, JOÃO GUILHERME ROCHA E PAMPLONA, JOÃO BATISTA. 2008. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. *Economia e Sociedade*. v17. n. 1(32). abr. p. 53-84. Campinas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/w3H7SWw6FJFzHMBVdc7N7Nx/?format=pdf&lang=pt>

ONU. 1987. Nosso Futuro Comum. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Seção 2. Parte 1. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Ed. 2. Rio de Janeiro, RJ. 1991 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf

ONU. 2015. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Outubro. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

PIKETTY, THOMAS. 2014. O Capitalismo no Séc.XXI. Editora Intrínseca LTDA. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. ed. 1. Rio de Janeiro.

PNUMA. 2019. GEO 6 Perspectivas del medio ambiente mundial. Resumen para Responsables de Formular Políticas. Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. Naciones Unidas. Disponível em: https://www.unep.org/resources/assessment/global-environment-outlook-6-summary-policymakers?_ga=2.181697895.1778521267.1643126369-1314197253.1643126369

RIBEIRO, DJONATHAN GOMES. 2023. Pobreza e sustentabilidade ambiental em área urbana: um estudo sobre o município de Santos (SP). Dissertação (Mestrado em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6139/tde-22062023-132142/pt-br.php>

SILVA, LUCIA SOUSA e E TRAVASSOS, LUCIANA. 2008. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. Cadernos Metrópole. Observatório das Metrópoles. n.19. 1º sem. p. 27-47 Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8708/6459>

SILVA, SIMONE AFFONSO da. 2015. A PNDR E O PLANEJAMENTO REGIONAL BRASILEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. Texto para discussão 2150. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6485/1/td_2150.pdf

STEFFEN, WILL et al. 2015. The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. The Anthropocene Review. SAGE journals. v.2(1). p. 81-98. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053019614564785>

VEIGA, JOSÉ ELI. 2015. Para entender o Desenvolvimento Sustentável. Editora 34. Ed. 1ª. São Paulo. 2015

VIOLA, EDUARDO J. 1987. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. Revista Brasileira de Ciências Sociais. n. 3. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/03/rbcs03_01.pdf

SOBRE OS AUTORES

Djonathan Gomes Ribeiro

Mestre em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade (FSP/USP), Bacharel em Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

Contato

Djonathan Gomes Ribeiro: djonathangomes@gmail.com

Maria da Penha Vasconcellos: mpvascon@usp.br

Maria da Penha Vasconcellos

Professora Associada MS 5.3 da Universidade de São Paulo, orientadora do Programa Ambiente, Saúde e Sustentabilidade (FSP/USP). Áreas de interesse: política e gestão pública, territórios e desigualdades sociais.

AGENDA POLÍTICA PÚBLICA é uma série de textos com recomendações de políticas públicas em temas socioambientais, publicada pelo Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. Este documento compõe a edição de seis volumes da série que foram produzidos a partir de pesquisas e produção técnico-tecnológica do Programa de Pós-graduação Profissional em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade – ProASaS/USP. A comissão editorial responsável por este volume é composta por Leandro Luiz Giatti e Thiago Nogueira, professores da Faculdade de Saúde Pública da USP, Arisnandes Antônio da Silva, doutorando no ProASaS/USP e pelo professor Pedro Roberto Jacobi, coordenador do GovAmb IEE/USP.